



**SÃO PAULO TRANSPORTE S/A**  
**Conselho Fiscal**

Rua Boa Vista, 236, 8º andar - meio - São Paulo/SP - CEP 01014-000  
Telefone: - www.sptrans.com.br

**SÃO PAULO TRANSPORTE S/A - SPTrans**  
**CNPJ 60.498.417/0001-58 NIRE 3530001471-5**

**CONSELHO FISCAL**  
**Ata nº CF 06/2025**

**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal  
da São Paulo Transporte S/A, realizada em  
30 de junho de 2025.**

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, em sessão realizada por videoconferência, em atendimento às exigências contidas no Parágrafo único do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia; aos Pronunciamentos manifestados e às Interpretações, Orientações e Revisões igualmente emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); às diretrizes estabelecidas no Artigo 163 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que rege as Sociedades Anônimas; e às regras instituídas pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, intitulada Lei de Responsabilidade das Estatais, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Companhia, os quais subscrevem esta ata.

Estiveram presentes os membros do Conselho Fiscal: o Sr. Enzo Lúcio Ondei, Presidente do Conselho Fiscal; o Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues, Membro do Conselho Fiscal; e a Sra. Adriana Azevedo Pannunzio, Membro do Conselho Fiscal.

Visando ao cumprimento da respectiva pauta, também participaram da reunião: o Dr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli, Diretor de Administração e de Infraestrutura; a Sra. Selma Quaresma da Silva, Superintendente Financeira; o Sr. Filipe Ferreira Domenes, Gerente de Administração de Recursos Humanos; a Sra. Anita Beatriz Monteiro de Azevedo, Representante da Assessoria de Superintendência de Recursos Humanos; o Sr. Mauro José de Araujo Lima, Gerente Contábil; o Sr. Claudio Roberto Rodrigues, Representante da Gerência Contábil; o Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho, Representante da Gerência de Auditoria Interna; e a Sra. Suzi Meire Cavalcante de Andrade, Representante da Gerência de Auditoria Interna.

**Abertura da Reunião, Verificação do Quórum e Considerações Preliminares**

- Com o aval do **Sr. Enzo Lúcio Onde**, Presidente do Conselho Fiscal, o **Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho**, Representante da Gerência de Auditoria Interna, declarou aberta a sexta reunião ordinária do Conselho Fiscal do ano de 2025, informando que esta seria gravada para a composição da ata e excluída dos arquivos da DP/GAU após a sua utilização. Verificado o quórum necessário, a reunião foi iniciada. O **Sr. Antonio Filho**, com a autorização do **Sr. Enzo**, sugeriu a alteração da ordem dos assuntos da pauta, para que os itens 5 e 6 fossem apresentados antes do item 3, visando à liberação do Sr. Filipe Ferreira Domenes e da Sra. Anita Beatriz Monteiro de Azevedo. O **Sr. Enzo** concordou com a alteração e, em seguida, iniciaram a apresentação dos itens da pauta:

## **1. Exame do Balancete Referente ao Mês de Abril de 2025**

- **Apresentação do Balancete:** O **Sr. Mauro José de Araujo Lima** (Gerente Contábil) apresentou o balancete referente ao mês de abril de 2025.
- **Detalhes da Apresentação:** O **Sr. Mauro Lima** esclareceu que as principais variações foram destacadas em verde no documento, e suas explicações estavam nos quadros seguintes.
- **Questionamentos e Observações:** O **Sr. Enzo Lucio Onde** complementou que o balancete do mês não apresentou grandes mudanças significativas, sendo similar aos meses anteriores. O **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues** e a **Sra. Adriana Azevedo Pannunzio** não apresentaram questionamentos.

## **2. Análise do Relatório de Execução Orçamentária de Maio de 2025**

- **Apresentação do Relatório:** A **Sra. Selma Quaresma da Silva** (Superintendente Financeira) projetou e apresentou o relatório de execução orçamentária do mês de maio. Ela se colocou à disposição para ser interrompida em caso de dúvidas.
- **Dados Físicos e Financeiros:** A **Sra. Selma** informou que o mês de maio registrou um aumento de 13,5% no número de passageiros em relação a abril, influenciado pela ocorrência de um dia útil a mais, o que impactou o desembolso e a arrecadação tarifária. Em relação ao acumulado do ano, comparado a 2024, houve uma queda de 1,46%, passando de R\$ 883 milhões para R\$ 870 milhões. Houve uma leve redução de 1.278.000 passageiros em comparação com maio de 2024.
- **Evolução de Passageiros e Tipos de Passagem:** A **Sra. Selma** apresentou a evolução de passageiros pagantes e gratuitos. A média de passageiros catracados por dia útil manteve-se em cerca de 7 milhões. Destacou que a passagem comum (mensal, semanal, diária) continuou representando o maior percentual, seguida pelo vale-transporte e pelos idosos. O programa "Tarifa Zero", implementado desde 2024, mostrou pouca oscilação, registrando 5,43% em maio de 2024 e 5,49% em maio de 2025. A gratuidade para idosos (60 anos ou mais), iniciada em fevereiro de 2023, teve uma curva crescente. O programa "Domingão Tarifa Zero" resultou em um aumento médio de aproximadamente 1

milhão de passageiros desde maio de 2023.

- **Demonstrativo da Conta Sistema e Necessidade Orçamentária:** A Sra. Selma apresentou o demonstrativo geral da conta sistema que mostrou uma receita composta principalmente por receita tarifária e créditos eletrônicos, que tiveram uma pequena queda de R\$ 452 milhões para R\$ 448 milhões em maio. A necessidade de suplementação orçamentária para o mês de maio foi destacada em R\$ 1,038 bilhão, com recursos disponíveis de R\$ 6,075 bilhões que seriam suficientes até meados de novembro. A necessidade total estimada era de R\$ 855 milhões, sendo estes números revisados mensalmente. Finalizou destacando que o pedido de suplementação não é feito de imediato, pois aguardam uma melhor estimativa de valores próximo ao final do ano.
- **Composição dos Recursos e Arrecadação Tarifária:** A Sra. Selma comentou que a composição dos recursos indicou 55,6% provenientes de subsídio e 44,4% de arrecadação tarifária. A arrecadação tarifária de maio de 2025 foi influenciada pelo aumento da tarifa para R\$ 5,00, em contraste com a tarifa de R\$ 4,40 e a ausência do "Domingão Tarifa Zero" em maio de 2023.
- **Análise de Desembolsos e Demandas:** A Sra. Selma demonstrou a análise dos desembolsos em maio de 2025 e revelou um aumento em relação a 2024, que, além do reajuste, foi atribuído a dois dias remunerados a mais (32 dias em 2025 versus 30 dias em 2024). O programa Atende+ apresentava uma demanda reprimida de 7.455 pedidos, de um total de 18.170. Explicou que os desembolsos foram maiores em pessoal, devido ao pagamento da participação nos resultados, e em investimento, para aquisição de equipamentos e *softwares*, utilizando recursos próprios, uma vez que não eram contratos de longo prazo. Finalizou dizendo que a necessidade de recursos da SPTrans estava em R\$ 188 milhões, e a equipe trabalhava para manter-se dentro da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- **Questionamento sobre o PPR (Programa de Participação nos Resultados):** O Sr. Adolfo questionou se o pagamento do PPR em maio se referia ao ano anterior. A Sra. Selma confirmou, explicando que a primeira parcela foi paga em novembro do ano passado e a segunda em maio deste ano, marcando o início de um novo ciclo.
- **Composição das Despesas e Necessidade Adicional:** A Sra. Selma detalhou que a despesa com pessoal representou 61,42% do total de desembolsos, seguida por terceirizações, investimento e despesas gerais. A necessidade orçamentária prevista para o ano era de R\$ 639 milhões em despesas, com uma receita operacional de R\$ 129 milhões. A dotação disponível foi de R\$ 321 milhões (de um total de R\$ 423 milhões, com R\$ 101 milhões congelados e parte consumida pela Fazenda). A SPTrans tinha R\$ 54 milhões congelados, para os quais estava solicitando o descongelamento, uma vez que os recursos seriam necessários a partir de setembro. Adicionalmente, a empresa estava trabalhando no pedido de liberação dos R\$ 108 milhões restantes de um acordo de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) de 2022, do qual 50% já haviam sido recebidos em dezembro de 2022. O secretário da SPTrans já havia reconhecido essa obrigação no Diário Oficial.

- **Acompanhamento do Compromisso de Desempenho Institucional (CDI) e Programa de Investimentos:** A **Sra. Selma** informou que o acompanhamento do CDI mostrava que a empresa conseguia manter as despesas alinhadas com o projetado para o mês de maio. Em relação ao programa de investimentos "Corredores e Terminais", a maior parte dos recursos recebidos em maio provinha do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB), e a SPTrans estava solicitando suplementação também pelo FUNDURB para a continuidade de algumas obrigações.
- **Questionamento sobre Operações de Crédito para Investimentos:** O Sr. Enzo questionou a inclusão apenas da eletrificação da frota como investimento com recurso financiado no quadro, sugerindo que outras operações de crédito, como o Corredor Aricanduva com o Banco Mundial, também fossem inseridas para maior transparência, caso fossem fontes de financiamento. A **Sra. Selma** concordou em incluir essas informações no campo "Previsto", mas ressaltou que no campo "Realizado" somente seriam incluídos quando o recurso fosse efetivamente recebido e desembolsado. Mencionou que o projeto do Banco Mundial para o Corredor Aricanduva ainda não havia tido desembolso, apesar de o Banco já ter liberado recursos e o projeto estar atrasado na licitação. O Dr. Mauro Voltarelli interrompeu e esclareceu que o Corredor Aricanduva não era de responsabilidade da SPTrans. E finalizou dizendo que o recurso do Banco Mundial para a SPTrans era exclusivo para o Centro de Operações (COP) e estava dentro do prazo.
- **Ônibus Elétricos:** A **Sra. Selma** informou que a SPTrans tinha 544 ônibus elétricos em operação e que 478 veículos haviam sido subvencionados, utilizando recursos do Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica. O **Sr. Enzo** confirmou que os 478 veículos eram aqueles efetivamente pagos com subvenção.
- Não houve mais questionamentos por parte dos conselheiros, e a **Sra. Selma** e o **Sr. Mauro Lima** foram liberados.

## **5 . Análise das Informações de Transição Acerca do Benefício de Auxílio-Saúde Fornecido para os Empregados da Companhia**

- **Apresentação da Transição do Plano de Saúde:** O Sr. Filipe Ferreira Domenes (Gerente de Recursos Humanos) apresentou a transição do plano de saúde da Unimed Nacional para a **Hapvida-Notredame** (este nome se deu devido a uma fusão entre a Hapvida e a Notredame).
- **Histórico da Licitação:** O **Sr. Filipe** detalhou a linha do tempo, iniciando com a primeira licitação em 2019, vencida pela Unimed, cujo contrato se estenderia até dezembro de 2024. Em agosto de 2024, uma nova licitação foi aberta para contratar a nova operadora. Em outubro de 2024, o Tribunal de Contas do Município (TCM) determinou a suspensão do certame devido a inconsistências, como a ausência de previsão de matriz de riscos e justificativas insuficientes para a vedação de participação de consórcios.
- **Contrato Emergencial e Nova Operadora:** O Sr. Filipe relata que após as

justificativas da SPTrans, o TCM revogou a suspensão em novembro de 2024, mas não houve tempo hábil para finalizar a licitação. Por esse motivo, um contrato emergencial foi firmado com a Unimed. Em maio de 2025, ao final deste contrato emergencial (de 180 dias), a SPTrans assinou o contrato com a Notredame, que foi a vencedora da licitação. A operação efetiva com a Hapvida-Notredame iniciou-se em 1º de junho de 2025.

- **Comunicação e Atendimento aos Empregados:** O **Sr. Filipe** destacou que, por volta de 20 de maio de 2025, a SPTrans comunicou a transição aos empregados por meio da intranet. Durante a transição, foram realizados plantões nos dias 2, 3 e 4 de junho, com a participação de colaboradores da Hapvida-Notredame e da equipe de RH (Recursos Humanos) da SPTrans, para esclarecer dúvidas sobre o novo plano e suas três modalidades.
- **Questionamento sobre a Fusão e Qualidade dos Serviços:** O **Sr. Enzo** questionou se a fusão das operadoras de saúde Hapvida-Notredame poderia ter influenciado a qualidade dos serviços prestados ou se os novos produtos gerados pela fusão ensejaram alguma revisão de valores, considerando rumores passados sobre a saúde financeira da Hapvida. O **Sr. Filipe** respondeu que todas as checagens de regularidade das empresas foram realizadas antes da assinatura do contrato, e quaisquer irregularidades foram sanadas. Admitiu que, na prática, houve algumas dificuldades com o atendimento da rede credenciada, e que a área de RH estava registrando todos os possíveis erros e não atendimentos para, posteriormente, avaliar a aplicação de penalidades contratuais.
- **Conclusão da Fusão e Proposta em Licitação:** O **Sr. Enzo** perguntou se a fusão já havia sido concluída quando a proposta foi encaminhada na licitação. O **Sr. Filipe** confirmou que a fusão já havia acontecido. Eles concluíram que, uma vez que a proposta da licitação já considerava a fusão, não houve necessidade de ajustes nos produtos oferecidos ou nas coberturas após a assinatura, embora problemas na execução tivessem ocorrido.
- **Solicitação de Informações ao Comitê de Governança das Entidades da Administração Indireta (COGEAI):** O **Sr. Adolfo** solicitou que o **Sr. Filipe** e a **Sra. Laura Lopes de Araujo** encaminhassem ao COGEAI a ciência da contratação e as características do novo plano de saúde, em comparação com o plano anterior da Unimed, para verificar a conformidade com a diretriz da Junta Orçamentário-Financeira (JOF). O **Sr. Filipe** se prontificou a executar a solicitação.
- Não houve questionamentos adicionais após a apresentação.

## **6 . Análise das Especificações Relativas ao Vale-Refeição e ao Vale-Alimentação, com Detalhamento dos Novos Mecanismos de Seleção das Empresas Prestadoras de Serviço, bem como de Quaisquer Outras Especificações que Apresentem Divergências em Relação ao Sistema Anterior**

- **Transição e Credenciamento:** O **Sr. Filipe** explicou a transição dos benefícios de Vale-Refeição (VR) e Vale-Alimentação (VA). Anteriormente, a **Pluxee** (Operadora de cartões Alimentação e Refeição) era a empresa detentora do

contrato, mas a transição foi realizada por meio de credenciamento.

- **Base Legal e Motivação do Credenciamento:** O Sr. Filipe detalhou que o credenciamento foi adotado em conformidade com o Artigo 79-B da Lei nº 14.133/2021, incluído pela Lei nº 14.442/2022. Esta legislação determinou que as empresas que oferecem esse serviço devem cobrar valor zero, pois o lucro provém do comerciante no momento da compra. Uma vez que todas as empresas devem oferecer o serviço a custo zero para a SPTrans, a licitação não era mais possível, optando-se pelo credenciamento.
- **Processo de Credenciamento:** O processo de credenciamento foi iniciado em abril de 2025. Quatro empresas apresentaram propostas (**Pluxee**, Mega Vale, VR e Vero Card). Em maio de 2025, a SPTrans, em conjunto com as equipes de contratos e compras, validou as propostas para verificar a conformidade com o termo de referência e comunicou os empregados sobre o novo modelo.
- **Escolha dos Empregados:** Na semana anterior à reunião (em junho), os empregados realizaram a escolha das empresas por meio de formulário, podendo votar em uma das quatro: **Pluxee** (a empresa que já atendia), Megavale, VR e Verocard.
- **Resultados da Votação:** A maioria dos votos foi para a **Pluxee**, e alguns votos foram para a Verocard, enquanto as demais empresas receberam pouquíssimos votos. O **Sr. Filipe** informou que as empresas com menos votos seriam atendidas caso manifestassem interesse em fazer a gestão do serviço para a SPTrans.
- Não houve questionamentos adicionais após a apresentação. O **Sr. Filipe** e a **Sra. Anita** foram liberados.

### **3. Acompanhamento Mensal**

#### **3.1. RD (Atas de Reuniões da Diretoria Executiva de nº 018 a 019/2025)**

- **Questionamento sobre Alienação Fiduciária:** O Sr. Adolfo solicitou esclarecimentos sobre a dinâmica do contrato de alienação fiduciária. O **Dr. Mauro Voltarelli** explicou que a SPTrans atua como anuente em operações que permitem às concessionárias obterem recursos no mercado, seja por meio de ônibus ou crédito, com um limite de até 30%.
- **Responsabilidade da SPTrans:** O Sr. Adolfo questionou se a SPTrans era responsável pela solvência das prestações, atuando como garantidora. O **Dr. Mauro Voltarelli** confirmou que, caso a concessionária não efetuasse o pagamento, a responsabilidade recairia sobre a SPTrans. O **Sr. Adolfo** manifestou confusão com a figura jurídica de anuente nesse contexto e solicitou que o jurídico detalhasse a modelagem do contrato na próxima reunião.
- **Limitação aos Recebíveis:** O Sr. Enzo complementou que a responsabilidade da SPTrans era limitada aos recebíveis da operadora. Em caso de atraso na parcela, a SPTrans seria acionada para repassar o valor inadimplido diretamente ao banco financiador, em vez da operadora. Mencionou, também, que o contrato de subvenção da eletrificação da frota com o BNDES exigia anuência do

município, mas com responsabilidade limitada aos recebíveis.

- **Pedido de Esclarecimento e Nota Técnica:** O Sr. Antonio Filho sugeriu que o tema fosse consignado em ata para esclarecimento de todos os membros e que a nota técnica sobre o limite de 30% de alienação fiduciária por operadora fosse reencaminhada. Ressaltou a importância de uma nova explicação devido à recorrência do assunto. O **Sr. Enzo** concordou em consignar o pedido em ata.

### **3.2. CONSAD (Atas de Reuniões do Conselho de Administração)**

- O **Sr. Antonio Filho** informou que este subitem não foi apresentado na reunião devido a não finalização da ata de número seis.

### **3.3. CAE (Atas de Reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário nº 006/2025)**

- Não houve questionamentos por parte dos conselheiros.

### **3.4. Folha de Pagamento e Movimentação de Pessoal (maio/2025)**

- Não houve questionamentos por parte dos conselheiros.

### **3.5. Licitações e Contratos (maio/2025)**

- A **Sra. Adriana** questionou se o item havia sido anexado, pois a pasta estava vazia. O **Sr. Antonio Filho** explicou que o arquivo poderia ter sido corrompido ou estava em outra pasta, junto com o relatório da ouvidoria. Comprometeu-se a enviar o item em separado para a **Sra. Adriana**.

### **3.6. Relatório da Ouvidoria (abril/2025)**

- O Sr. Enzo observou, positivamente, a constante redução dos casos de fraude e vans clandestinas, um problema que antes era crescente e preocupava o conselho fiscal. Por fim, avaliou que as providências tomadas surtiram efeito.
- O **Sr. Adolfo** não teve considerações. A **Sra. Adriana** informou que não havia recebido o documento.

## **4. Ciência do Plano Anual da Auditoria Interna para o Exercício de 2025, aprovada pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração**

- O **Sr. Enzo** e o **Sr. Adolfo** não tiveram questionamentos sobre o plano. A **Sra. Adriana** também não apresentou questionamentos e comentou que o plano já havia sido apresentado extensamente em uma reunião anterior.

## **7. Outros Assuntos de Interesse da Companhia**

- **Acompanhamento de Contas e Ações Judiciais junto aos Órgãos de Controle Externo:** A Sra. Adriana levantou o tema do acompanhamento das contas da SPTrans junto aos órgãos de controle externo, como o Tribunal de

Contas, e as ações judiciais. Questionou a pertinência de incluir isso como item de pauta nas reuniões do conselho fiscal, pois, em sua experiência de dois anos e meio na SPTrans, não se lembrava de um tratamento sistemático do histórico de contas aprovadas ou impugnadas.

- **Posição do Conselho Fiscal:** O **Sr. Enzo** opinou que era de interesse do conselho fiscal tomar ciência e emitir considerações sobre eventuais irregularidades e constatações, sendo uma praxe em outros conselhos e parte do manual do conselho fiscal. Defendeu que o tema fosse mantido no plano de trabalho. O **Sr. Adolfo** concordou, sugerindo que o conselho fiscal tomasse ciência, semestralmente, das ações judiciais, julgamentos do TCM e dos grandes passivos contingentes.
- **Relatório Jurídico sobre Ações Judiciais:** O **Sr. Enzo** explicou que um relatório do jurídico sobre ações judiciais foi solicitado para ser incluído no plano de trabalho, mas a versão final do plano ainda não havia sido emitida devido à formatação do material pelo jurídico. Sugeriu que o conselho recebesse uma planilha em Excel com a quantidade, tipos de ações, datas e partes envolvidas, a fim de obter uma noção inicial e, posteriormente, sugerir um formato de apresentação que facilitasse a análise e o impacto nos registros contábeis da empresa. O **Sr. Enzo** se colocou à disposição para auxiliar o jurídico na definição do que seria esperado.
- **Relevância e Sistematização:** A **Sra. Adriana** reforçou a importância de acompanhar as contas da SPTrans, incluindo o que estava aprovado ou não, e as determinações de ressalva, considerando que questões passadas poderiam ter reflexos no presente. Sugeriu que o tema fosse semestralmente abordado, da mesma forma que impugnações de editais de licitação eram tratadas em outras estatais. O **Sr. Enzo** complementou que o acompanhamento poderia identificar padrões de falhas que gerassem ações judiciais, permitindo à companhia atuar preventivamente e gerenciar riscos para diminuir a incidência de litígios.
- **Demandas do Ministério Público:** A **Sra. Adriana** também levantou a questão das demandas do Ministério Público junto à SPTrans quanto a ações civis públicas, inquéritos etc. e sugeriu a inclusão desse tema nas discussões, possivelmente com uma periodicidade definida.
- **Atualização do Plano de Trabalho:** O **Sr. Antonio Filho** informou que o plano de trabalho já estava montado, incorporando as considerações sobre Tribunal de Contas, Passivo Contingente, Atuarial e Ações Gerais. Essas informações já haviam sido comunicadas ao jurídico há cerca de 40 dias. Contudo, o jurídico enfrentava uma fase de grande volume de trabalho e ainda não havia definido a apresentação. Mencionou que uma apresentação do TCM estava prevista para o mês seguinte ou agosto, mas não era algo solicitado pela SPTrans, e sim aguardado. O **Sr. Antonio Filho** afirmou que a parte do jurídico seria apresentada anualmente, ainda neste ano, abrangendo o Passivo Atuarial, Contingente e demais Ações para os próximos 12 meses. Explicou que o plano de trabalho final não pôde ser repassado aos conselheiros devido à falta de especificações do jurídico e da aprovação da gerência. Ofereceu-se para enviar

uma minuta, mas ressaltou que não teria caráter oficial. Os conselheiros concordaram com o recebimento da minuta.

Por fim, concluída a pauta previamente estabelecida, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não havendo manifestações, a reunião foi declarada encerrada às onze horas e dois minutos do dia trinta de junho de dois mil e vinte e cinco.

## PONTOS CONSIGNADOS EM ATA

- **Esclarecimento sobre Contrato de Alienação Fiduciária (Subitem 3.1):** O Sr. Enzo Lúcio Ondei solicitou que ficasse consignado em ata o pedido de esclarecimento sobre o contrato de alienação fiduciária, a ser detalhado na próxima reunião, e o reencaminhamento da nota técnica sobre o limite de 30% de alienação fiduciária por operadora, para melhor compreensão de todos os membros.
- **Acompanhamento de Contas e Ações Judiciais junto a Órgãos de Controle Externo (Item 7 - Outros Assuntos):** O Sr. Enzo Lúcio Ondei e a Sra. Adriana Azevedo Pannunzio destacaram a importância de incluir no plano de trabalho o acompanhamento das contas da SPTrans junto ao Tribunal de Contas do Município e das ações judiciais, buscando identificar padrões de falhas e o impacto nos registros contábeis, além de possíveis demandas do Ministério Público. Foi ressaltado o interesse em ter um panorama atualizado e gerencial dessas questões.



**Adolfo Cascudo Rodrigues**  
**Conselheiro(a) Fiscal**

Em 05/08/2025, às 09:24.



**Adriana Azevedo Pannunzio**  
**Conselheiro(a) Fiscal**

Em 27/08/2025, às 11:18.



**Enzo Lúcio Ondei**  
**Conselheiro(a) Fiscal**

Em 28/08/2025, às 14:08.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **130573002** e o código CRC **579FBC21**.